

O HOMEM VIRTUOSO NA FILOSOFIA DE ADAM FERGUSON*

THE VIRTUOUS MAN IN ADAM FERGUSON'S PHILOSOPHY

Diego Andrade Nascimento**

RESUMO

Uma das principais características do pensamento filosófico de Adam Ferguson (1723-1816) encontra-se na sua incorporação do estoicismo em seu ideal de virtude. Para o filósofo escocês, a noção de virtude expressa uma energia e direção, a qual conduziria os indivíduos a agirem e distinguirem o certo e o errado. Para ele, os homens são seres ativos, indivíduos predispostos a agir e exercitar-se. Essas considerações sobre a natureza humana são baseados nas leis físicas da mente: leis do entendimento e da vontade; a segunda fundamenta a moralidade. Dessa forma, na filosofia fergusoniana agimos em vista de um fim, esse é a lei da moralidade, a probidade, ou o *amor à humanidade*. Nosso artigo se divide, etnã, em duas partes: i) apresentaremos os aspectos naturais da natureza humana que o coloca como ser ativo, destinado a agir mediante a lei moral; ii) explicaremos a filosofia moral fergusoniana e, evidenciaremos que a única possibilidade de um homem se tornar virtuoso, mediante o esforço, encontra-se em sua característica de ser inteligente. Portanto, o objetivo deste trabalho está em apresentar como cada indivíduo, na filosofia fergusoniana, torna-se virtuoso.

PALAVRAS-CHAVE: Adam Ferguson; homem virtuoso; sociedade; lei moral; probidade.

ABSTRACT

One of the principal characteristics of Adam Ferguson's (1723–1816) thoughts is located in his integration of the ideal virtue from Stoicism. For the Scottish philosopher, the notion of virtue expresses an energy and a direction that lead individuals to act and distinguish between right and wrong. For him, men are active beings, individuals predisposed to take action and exercise. These considerations about human nature are based on the physical laws of the mind (laws of understanding and laws of will), which secondarily underpin morality. As such, within Fergusonian philosophy, we act in view of an end; this is the law of morality, probity, or love of mankind. From this understanding of how a man becomes a virtuoso in Fergusonian philosophy, our article is divided into two parts: i) we shall show the natural aspects of human nature that portray him as an active being intended to act through the law of morality; ii) we shall explain Fergusonian moral philosophy and evidence that the only possibility for a man to become a virtuoso is situated uniquely in his characteristics as intelligence through effort. Thus, the objective of this work is to show how each individual in Fergusonian philosophy becomes a virtuous.

KEYWORDS: Adam Ferguson; virtuous man; society; moral law; probity.

* Artigo recebido em 16/02/2025 e aprovado para publicação em 07/04/2025.

** Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: diegoandcat37@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Entre os comentadores da filosofia fergusoniana é um consenso que as obras do filósofo escocês giram em torno da moralidade, sua defesa e legitimidade. De modo geral, a visão central da moralidade como elemento norteador das suas obras revela seus objetivos de opor-se às teorias morais advindas de Hobbes e Mandeville, bem como criticar seus contemporâneos (Hutcheson, Hume e Smith); e, evidencia um aspecto defendido por David Kettler e Craig Smith: um caráter pedagógico da filosofia fergusoniana¹. Para o filósofo, os problemas de ordem social da sua época estavam estritamente ligados à perda da ordem moral, a saber: do que é virtude e vício². Por isso, a sua filosofia moral retoma a ideia clássica de virtude, outrora deixada de lado pelos seus contemporâneos³, assim, ele toma emprestada a noção estoica de virtude em sua filosofia⁴.

Embora, possamos falar da moralidade sem recorrer diretamente a uma história da natureza humana, na filosofia fergusoniana, a história natural está intrinsecamente relacionada à moralidade. Para ficarmos nas palavras de Ferguson: “[...], a história física da mente é a fundação da filosofia moral” (Ferguson, 2019, p. 388). Nesse sentido, para o filósofo escocês, encontrar as leis da mente (leis do entendimento e da vontade) possibilitará a fundamentação de toda e qualquer filosofia moral. As leis importantes a essa fundamentação são as leis da vontade, a saber: a lei da autopreservação, da sociedade e da apreciação, e, a partir delas serão derivadas as leis da moralidade.

Somente é possível encontrarmos as leis da moralidade porque na filosofia fergusoniana existe uma teologia natural, a qual determina a natureza humana. Contudo, essa teologia não é totalmente determinada, quando analisamos a natureza do homem percebemos uma qualidade mista: determinado enquanto animal, pelas leis da natureza que o conduzem, e indeterminado enquanto uma inteligência — local da aprovação do certo e do errado e, que põe

¹ É sempre lembrado o caráter de Ferguson como professor de Filosofia Moral e Pneumática na Universidade de Edimburgo. De modo geral, muitos comentam a alta demanda dos alunos em assistir às aulas ministradas pelo escocês.

² Sua crítica a Mandeville diz respeito à crença de que a virtude e vício não são naturais, mas convencionais.

³ Enquanto outros estão se utilizando de termos como simpatia, por exemplo, Hume e Smith, Ferguson se vale da noção de virtude na sua filosofia como expressão da sua filosofia moral.

⁴ Embora esse empréstimo, não seja uma aceitabilidade dos princípios estoicos em sua totalidade ou o estoicismo em si. Em nossa compreensão, contrária a um dos comentadores do Ferguson, David Kettler, Ferguson retira da filosofia estoica o caráter ativo da virtude (mediante o exercício) do que os tais aspectos “passivos” evidenciado por Kettler. Contudo, sobre isso trabalharemos em outro texto.

o homem em movimento⁵. Nesse sentido, a constituição do homem virtuoso na filosofia fergusoniana perpassa a história natural, não somente quanto se trata de descobrir as leis da vontade, mas de saber que a natureza humana é predisposta ao exercício.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar de que maneira o homem torna-se virtuoso na filosofia de Adam Ferguson. Para isso, dividiremos nosso texto em duas partes, a fim de expor como o homem tornar-se virtuoso: i) apresentaremos os aspectos naturais da natureza humana que o colocam como esse ser como ativo, destinado a agir mediante as leis morais universais; ii) explicaremos a filosofia moral fergusoniana e evidenciaremos que a única possibilidade de um homem torna-se virtuoso encontra-se em sua característica como inteligência mediante o esforço⁶.

DA NATUREZA HUMANA

Seja na fundamentação da política ou da sociedade civil, a natureza humana parece ser o caminho mais propício para estabelecermos suas qualidades, capacidades e finalidade. De tal forma, que não seria diferente quando falamos acerca da moralidade, seja ela “inerente” à natureza humana ou “adquirida” pelo costume, embora, para o filósofo escocês, ela seja uma capacidade natural de todos os homens⁷, como veremos mais adiante. Por hora, trataremos daquilo que auxilia os homens no desenvolvimento das suas faculdades — como também na aprovação do que é certo ou errado — o esforço.

Como o exercício é a escola do poder inteligente, o homem encontra-se cercado por ocasiões que requerem seu esforço. Ele encontra-se assolado por inconvenientes, os quais ele deseja remover; distante das vantagens que ele deseja alcançar; e submetido a muitas dificuldades, perigos, desapontamento e sofrimento em remover um, ou em obter o outro (Ferguson, 1975a, p. 176, tradução nossa).

Para o filósofo escocês, o homem é de natureza mista, possuindo uma parte animal e uma parte inteligente. Enquanto animal possui princípios — instintos — que visam a sua proteção e conservação; por outro lado, a inteligência possui faculdades que não estão

⁵ O homem age porque consegue distinguir o certo e o errado, ou o bom e o ruim, isso somente é possível porque é uma inteligência (ser racional). Falaremos sobre isso mais adiante.

⁶ Aqui tomaremos ativo, esforço e exercício como sinônimos. A fim de expressar a característica da natureza humana, a prática.

⁷ “Uma das tarefas que Ferguson espera que sua ciência moral possa realizar é identificar os casos nos quais existem aparente diversidade de opiniões sobre as ações morais. Ele acredita que após adequada investigação as aparentes diferenças se revelarão como diferentes expressões de uma atitude moral universal subjacente” (Smith, 2019, p. 44, tradução nossa).

totalmente desenvolvidas, e que “devem” ser melhoradas no decorrer do crescimento desse animal mediante a obtenção do conhecimento do mundo natural e da realidade moral. Entretanto, a única forma das faculdades serem desenvolvidas repousa no entendimento da condição do homem como ser ativo.

O homem somente progride na sua formação física ou intelectual quando depreende qualquer esforço considerável na obtenção ou remoção de algo que o impede de mover-se ou em adquirir algo. Esses inconvenientes não são meramente materiais, mas também intelectivos, por exemplo, se não souber uma determinada língua, você não poderá ler um determinado livro que não possui tradução. Nesse sentido, a única maneira de ler tal obra encontra-se na sua natureza ativa, em colocar-se na situação de remover tal barreira, para isso, esse indivíduo deverá depreender determinado esforço em aprender essa nova língua. Assim, a chave primordial do homem ou da inteligência é o exercício.

Penetrar a ordem estabelecida na natureza; reproduzir essa ordem no trabalho de *design* e invenção; revelar os princípios de apreciação [*estimation*], e compreender as concepções de excelência e beleza, nos trabalhos a serem executados pela arte humana, ou no caráter e mente do artista mesmo, é a esfera [*province*] peculiar do homem; e na em sua conduta em relação a isso, oferece a ocasião de maior esforço no aprimoramento das suas faculdades (Ferguson, 1975b, p. 206, tradução nossa).

Essa citação confirma o que afirmamos acima, o ambiente promissor para o desenvolvimento das faculdades humanas está na sua característica natural para o esforço ou exercício na obtenção de algo. Por isso, o filósofo escocês vê nessa característica primordial da natureza humana, a maneira pela qual os homens encontrarão as coisas necessárias a sua natureza, a saber: as leis da natureza e da moralidade.

Embora esse esforço esteja atrelada à necessidade de remover inconvenientes, no empreendimento de um trabalho árduo, não é somente isso, mas também um divertimento: “[os] animais parecem deleitar-se em medir suas forças e enfrentar-se mutuamente, e procurar por ocasiões de oposição e competição” (Ferguson, 1975a, p. 15-16, tradução nossa). Nesse sentido, a vontade dos homens em competirem mutuamente coloca-os em vista de um prazer, não em sofrimento ou dor, como observamos na outra citação. Para o filósofo escocês, essa consideração é evidente quando observamos que “na ocasião de grande esforço ativo presente” (p. 15, tradução nossa), ele constata que a lei da conservação parece “sumir”. Assim, parece existir uma vontade enorme do homem competir do que preservar-se, não seguindo o princípio

de autopreservação, preferindo depreender decisivos esforços por prazer numa determinada competição.

Da mesma forma que o homem deve esforçar-se para obter suas vontades e desejos, deve buscar penetrar descobrir as leis naturais que norteiam a natureza humana e delas derivar as leis morais que auxiliarão no bem agir. Na filosofia natural fergusoniana, três princípios são importantes na constituição da filosofia moral fergusoniana: o princípio da apreciação (*estimation*); o princípio da sociedade; e o princípio da autopreservação. O primeiro aponta para uma finalidade do homem, o aperfeiçoamento; o segundo a predisposição do homem à sociedade ou sociabilidade⁸; e o terceiro sobre nossa preservação. A partir desses princípios⁹, a ciência moral fundamentará a lei da moralidade¹⁰, que “é a expressão do que é bom” (Ferguson, 2019, p. 453).

Contudo, o que está implícito nessa definição de lei moral em direção ao que é bom é uma paixão da natureza humana, muito cara à filosofia fergusoniana, se não for a mais necessária no direcionamento do homem em vista de algo bom, a saber: a ambição. Sobre a ambição ele diz:

Diferentes circunstâncias na condição do homem torna-o suscetível a várias conquistas, ou contribui em diretamente no seu progresso; e, por esse motivo, foram enumerados entre os princípios do progresso humano: mas, a ambição, no sentido exposto acima, é o princípio específico de progresso, uniformemente direcionado a esse fim, e não se satisfaz com qualquer medida de gratificação: continua a impulsionar sua busca, mesmo após as mais altas conquistas terem sido alcançadas, assim como o fazia quando estava longe do seu objetivo (Ferguson, 1975a, p. 235, tradução nossa).

Ambicionamos melhorar nossa condição de seres indefesos quando nos comparamos com os outros animais, bem como quando desejamos possuir coisas melhores que não possuíamos anteriormente. Ter ambição é almejar uma condição melhor que, no presente, não possuímos. Porém, a ambição não diz respeito somente a isso, mas a uma condição também

⁸ Para Ferguson, a sociedade ou a sociabilidade não é fruto de um cálculo de interesses, mas uma fonte da racionalidade humana pré-existente na sua natureza: “Ferguson sugere que a sociedade é também uma fonte de quase todo seu caráter racional. Como resultado disso, é improvável que a sociedade tenha sido fruto de um cálculo de interesse se pré-existira antes da racionalidade humana” (Smith, 2019, p. 64, tradução nossa).

⁹ Embora esses três princípios esteja presente na teoria da mente fergusoniana como leis da vontade, somente o da apreciação é a real finalidade humana: “Ademais, como nos lembra Victor Cousin em um estudo clássico de 1840, as duas primeiras não 'exprimem um fim, mas um meio': tanto a conservação quanto a sociabilidade são meios para alcançar uma finalidade propriamente humana, a saber, a excelência” (Hauck, 2022, p. 28).

¹⁰ A moralidade é fundamentada pela pneumática (a qual é a teoria da mente da época, que seria a teoria que explica as leis físicas da mente), a qual possui essas leis da vontade, princípios da natureza humana: “a pneumática, ou a história física da mente, é a fundação da filosofia moral. A pneumática trata fisicamente da mente ou do espírito” (Ferguson, 2019, p. 388).

moral, como afirma Ferguson: “[o homem] parece conceber as distinções de perfeição e defeito” (Ferguson, 1975a, p. 236, tradução nossa). Para o filósofo escocês, a ambição somente diz respeito ao homem, sendo um caráter distintivo da natureza deste entre os outros animais, ao conceber as distinções de perfeito e defeito. Dessa maneira, quando os homens ambicionam determinadas coisas, eles visam as coisas perfeitas (boas, virtuosas) e evitam as defeituosas (ruins, viciosas). Ela surge pela “mera questão da vida animal” (Ferguson, 1975a, p. 235, tradução nossa).

Todavia, essa possibilidade de ambicionar coisas que podemos discernir como sendo perfeitas ou defeituosas encontra-se fundamentada numa característica natural e universal da humanidade, a aprovação moral. Para Ferguson, todo homem julga:

Os homens estão profundamente preocupados em determinar e aplicar a distinção de bem ou mal; e nisso fazem progresso não menos do que na busca pelo conhecimento físico ou, na prática das artes. Eles aprimoram os detalhes dos seus julgamentos e avançam na percepção de certo ou errado, de casos particulares a conclusões gerais sobre os costumes, as leis, a religião, ou sobre a excelência específica que compete a natureza humana; e o que é ainda mais importante, em casos favoráveis, avançam nos hábitos de sobriedade, humanidade e honestidade. A distinção de certo ou errado é [*coeval*] da natureza humana: é percebido sem instrução em atos de fidelidade e beneficência, ou de traição e malícia (Ferguson, 1975a, p. 300, tradução nossa).

O apelo do filósofo escocês a essa aprovação moral da natureza humana é baseado num argumento empírico. Ferguson observa que todos os homens, independente de saberem o que é tal ato de fidelidade ou malícia, julgam cada um dos seus semelhantes mediante as aquilo que compreende de fidelidade ou malícia. Assim, ele cita vários casos em que essa aprovação moral ocorre nos relatos históricos, por exemplo, os trácios que choravam pelo nascimento de uma criança, ou por alegrarem-se pela morte de um amigo. Para ele, isso evidencia que possuímos uma capacidade natural para julgarmos. Assim,

A aprovação moral está compreendida na lei da apreciação, e é decerto o fato principal do qual inferimos a realidade dessa lei; assim como a pressão vertical e queda dos corpos são os fatos principais dos quais, na mecânica, inferimos a lei da gravitação (Ferguson, 2019, p. 449).

Da mesma maneira que a partir da pressão vertical e da queda dos corpos inferimos a lei da gravitação, a aprovação moral é inferida da lei da apreciação, o aperfeiçoamento é a

finalidade do homem. Está na vontade¹¹ do homem aperfeiçoar-se, mas isso somente seria possível se existisse um princípio que o possibilite distinguir o que é bom do ruim, o virtuoso do vicioso, etc. Portanto, as seguintes seções visam responder às seguintes questões: qual a lei moral e em vista do que ela se destina? E, como o homem torna-se um indivíduo virtuoso?

DA CIÊNCIA MORAL

Um dos grandes movimentos da época era a introdução dos métodos desenvolvidos pelas ciências naturais na moralidade, um desses métodos era o de Newton¹² nas ciências naturais, *grosso modo*, mediante a investigação dos fenômenos inferimos o princípio pelo qual seriam regidos. Dessa maneira, para Ferguson, poderíamos construir uma ciência moral:

Por essa razão, considera-se apropriado, pela escolha do nosso método, examinar o estado geral da ordem das coisas e contemplar tanto o lugar como descrição do homem, enquanto esforçamos-nos em estabelecer a distinção de bem e mal em relação à sua natureza; a qual deve ser coletada da sua situação relativa a outros seres, assim como da descrição do que ele é em si (Ferguson, 1975a, p. 6-7, tradução nossa).

Mediante a consideração do lugar do homem na natureza das coisas, e a descrição daquilo que ele é, é que poderemos estabelecer a distinção de bem e mal na natureza do homem. Isso porque, para Ferguson, as leis morais são universais, assim, o objetivo da ciência moral é considerar o lugar onde o homem vive (sociedade) e sua relação com outros seres, a fim dessa investigação (tal qual um naturalista) deduzir as leis que norteiam a escolha e o agir moral dos homens.

Sobre o último desses títulos [a ciência], sem dúvida, nós podemos incluir não somente a aplicação genérica dos princípios para explicar o fenômeno, ou as

¹¹ “A aprovação moral é um fato inferido da lei da apreciação [presente na mente, na forma da lei da vontade], [...]. Ora, o fenômeno da aprovação moral não poderia ser dado simplesmente pelas leis do entendimento [compreensão e percepção], pois, essa aprovação não diz respeito à 'percepção de mera inteligência', mas à vontade, que, de acordo com a psicologia do Ferguson, compreende as propensões, os sentimentos, os desejos e a volição” (Hauck, 2022, p. 29).

¹² Como afirma, Ferguson: “Sr. Newton, em sua teoria do sistema planetário, demonstrou que os fenômenos são compreendidos mediante o conhecimento das leis do movimento e da gravitação, familiares nos espaços terrestres, e igualmente aplicado aos céus” (Ferguson, 1975a, p. 117, tradução nossa). Então podemos concluir: “Podemos ver os trabalhos de Newton fornecer a filosofia do século XVIII, um dos seus principais modelos, assim como uma série de exemplos epistêmicos. Mas parte da tarefa da filosofia era articular o que o novo método de Newton envolvia. David Hume é, talvez, o mais claro acerca da influência de Newton: no *Tratado* de 1739 tem o subtítulo 'uma tentativa de introduzir o Método experimental de raciocínio nos assuntos morais' [...]. Para Hume, isso significaria seguir o que ele compreende ser o método empírico de Newton, fornecendo a descrição adequada dos fenômenos relevantes e, então, encontrando o princípio mais geral que os explicam” (Janiak, 2021, p. 8, tradução nossa).

aparências particulares [leis físicas]; mas também a aplicação dos princípios morais sobre a escolha dos agentes voluntários. // o último deve ser chamado de ciência moral, e é o principal artigo na história da mente [...] (Ferguson, 1975a, p. 118, tradução nossa).

Para Ferguson, o fundamento da filosofia moral encontra-se na mente humana, que à sua época chamava-se Pneumática, e destinava-se a estabelecer as leis da mente. Em sua teoria da mente existem as leis ditas físicas, do entendimento e da vontade: as primeiras dizem respeito à compreensão e à percepção; as segundas, a autopreservação, sociedade (sociabilidade) e apreciação. Como nota Hauck (2022, p.28), o interessante nessa divisão proposta por Ferguson é que a inteligência torna o homem não somente capaz de adquirir conhecimento (pelo entendimento), mas de escolha (pela vontade). Nessa divisão se encerra a ideia de a apreciação moral ser de caráter universal e um fato que observamos em todo ato que escolhemos algo, em visar algo bom ou mau. Atrelando a moralidade à mente humana, a qual é a mesma em todos os indivíduos, somente distinguindo mediante as concepções das coisas que possuem, todos os homens visam mediante tais concepções aquilo que é bom¹³.

Para respondermos nossa primeira pergunta, qual a lei moral e em vista do que ela se destina?, vejamos o que é a ciência moral:

Ciência, em qualquer aplicação do termo, implica o conhecimento de um ou mais princípios gerais e suas aplicações, seja na determinação da vontade, ou na explicação das aparências, e na conexão de nossas concepções das coisas. O princípio específico da ciência moral é qualquer expressão geral do que é bom, e visa determinar a escolha dos agentes morais (voluntários) nos detalhes da sua conduta (Ferguson, 1975b, p. 2, tradução nossa).

A ciência moral diz respeito a revelar os princípios gerais da moralidade e mediante um movimento experimental — aqui podemos ver a influência da ciência newtoniana, aplicamos esses princípios na natureza a fim de mostrar suas aplicações. O objetivo da ciência moral, em Ferguson, é auxiliar a determinação das ações humanas, explicar como poderíamos

¹³ Sendo a aprovação moral derivada a lei da apreciação (princípio da natureza humana), conclui-se que: “de acordo com essa lei, os homens submetem as qualidades e os esforços de sua própria natureza, juntamente com muitos outros pormenores, aos procedimentos opostos de excelência e defeito. Mas nisso eles não são conduzidos por qualquer regra instintiva ou invariável: distinguem-se em suas escolhas de características e estimam diferentes objetos. Um homem admirou Catão; outro admirou César. [...]. Os homens são levados, pela disposição do costume, ou por superstições, a aprovar ou condenar ritos e observâncias meramente externos. São levados, por interesse ou ambição, a aprovar ações favoráveis aos seus próprios desígnios. Também são levados, por benevolência, a aprovar qualidades que os preparam a obter o bem do gênero humano” (Ferguson, 2019, p. 440–441) Outra coisa que amarra isso é essa explicação de Ferguson sobre o bem e o mal: “Como bem e mal implicam contentamento e sofrimento, por consequência eles dizem respeito exclusivamente a seres sensíveis e inteligentes” (Ferguson, 2019, p. 454).

aplicar a lei moral, tanto nos *Princípios* (menos) como nas *Instituições* (mais) existe um caráter pedagógico na filosofia moral fergusoniana¹⁴, em auxiliar na obtenção de “qualquer expressão do que é bom”.

Entretanto, uma dúvida surge: o que é dizer “qualquer expressão do que é bom”? A ciência moral se dedicará a deduzir as outras leis morais que decorrem dessa. Essa investigação ocorre detalhadamente, no volume dois dos *Princípios*, assim, examinando o que é o bem e o mal sobre diferentes denominações (como vício e virtude, excelência e defeito, etc.), ele tentou descobrir qual é o bem da humanidade. Embora exista uma distinção de aplicação desses termos, para ele, elas somente são distintas em questão de nome, não de conteúdo e substância, elas são boas qualidades da natureza humana, assim, esses termos são reduzidos a sabedoria, bondade, temperança e fortaleza¹⁵, seus opostos, a tolice, malícia, devassidão e covardia. Contudo, Ferguson compreende ser necessária a determinação de um princípio que possamos reduzir todas essas qualidades boas, para ele, em um dado momento, a bondade ou sabedoria seriam o princípio que essas qualidades poderiam ser reduzidas, pois, com relação à temperança e a fortaleza, elas não assegurariam o todo (a expressão do que é bom)¹⁶.

Todavia, ele descarta a sabedoria como princípio, entendendo que seu significado é limitado e está relacionado à ideia de elogio (*praise*) entre os antigos o que em sua época não o era, podendo levar a escolhas egoístas. Ora, “nós poderíamos substituir uma escolha prudencial acerca dos nossos interesses por aquilo que deveria ser uma questão de afecção e manifestação de benevolência” (Ferguson, 1975b, p. 109, tradução nossa). Dessa maneira, ele escolhe a *virtude* como princípio unificador daquelas qualidades (bondade, sabedoria, fortaleza e temperança). Para ele, a *virtude* “inclui, como uma consideração preferível, a energia e a direção de uma amável e feliz disposição” (Ferguson, 1975b, p. 109, tradução nossa). E, aqui, fica exposto o caráter ativo da noção de virtude na filosofia de Ferguson, e como ele visa essa direção ao específico princípio da ciência moral (expressão do que é bom).

¹⁴ “Craig Smith divide o pensamento moral de Ferguson em ciência moral, filosofia moral e pedagogia moral. Diferentemente, Jack Hill o divide em ciência física, ciência moral e disciplina moral. [...]. Ademais, acrescentam uma terceira esfera que seria a da prática moral, incluindo aí o papel do autor como professor, e preocupado em influenciar, através de suas aulas e seus escritos, a elite política e intelectual de seu país” (Hauck, 2022, p. 31-32).

¹⁵ “Quando trata da sua filosofia moral propriamente dita, Ferguson apresenta as quatro virtudes capitais que constituem a excelência humana, a saber, a probidade, a sabedoria, a temperança e a fortaleza, que coincidem de modo geral com as quatro virtudes destacadas por Platão na *República*, exceto pela substituição de justiça por probidade (Hauck, 2022, p. 30-31).

¹⁶ “As outras duas qualidades, seja a temperança ou a fortaleza, considerada separadamente, são menos propensas a assegurar o todo” (Ferguson, 1975b, p. 108, tradução nossa).

Tendo eliminado a sabedoria como princípio das qualidades boas da natureza humana, pelas razões ditas acima, preferiu-se a utilização da noção de virtude como tal princípio, a questão que fica é: qual é essa disposição feliz e amável colocada na virtude? Diz o filósofo escocês: “é bem conhecido que para assegurar uma adequada escolha de conduta, em todas as ocasiões, boa afecção ou disposição é não menos necessária do que julgamento” (Ferguson, 1975b, p. 109, tradução nossa), por isso,

Se, portanto, restringirmos nossa descrição de felicidade ou reduzi-la ao certo ponto, no qual todas as qualidades mais valiosas da natureza humana provavelmente se reúnem, podemos ousar selecionar a bondade ou a benevolência, como propensa aos nossos propósitos; e, como uma lei principal ou fundamental sabedoria moral, podemos assumir que o maior bem relacionado à natureza humana é o amor à humanidade (Ferguson, 1975b, p. 110, tradução nossa).

Encontramos a principal lei moral que norteia o homem a expressar o princípio específico da ciência moral, a benevolência ou a probidade, isto é o *amor à humanidade*. Essa lei moral decorre de uma lei física da teoria da mente (pneumática), a saber: a lei da sociedade ou da sociabilidade. Para o nosso autor, existe uma disposição natural do homem em desejar a companhia dos seus semelhantes ou de outros indivíduos. A partir da lei da sociedade, ele deduz a lei moral, a probidade, a qual “implica amor pelo gênero humano” (Ferguson, 2019, 438), a qual determinará nossas escolhas na e para sociedade e o nosso desenvolvimento pessoal, em vista da felicidade.

Entretanto, não devemos imaginar essa ideia de *amor à humanidade* em um sentido amplo, mas de “seus semelhantes” — sentido de nação e vínculo comum, ou seja, relacionado a cada homem e a sociedade de que participa, vive e sente-se parte, como afirma, Smith:

A compreensão de Ferguson acerca da sociabilidade é mais sutil do que poderíamos esperar. Em primeiro lugar, embora a sociabilidade seja universal, o objeto desse vínculo não é toda humanidade, mas sim um grupo particular cujas origens estão nas oposições entre grupos. Nossa sociabilidade não se manifesta como um amor a toda humanidade. Em vez disso, ela desenvolve-se mediante afiliações a grupos específicos que se opõem mutuamente (Smith, 2019, p. 66, tradução nossa).

Isso evidencia uma observação menos expansiva do objeto da sociabilidade na filosofia fergusoniana. Assim, o amor à humanidade em sua filosofia não visa a totalidade da humanidade, mas o indivíduo e sua sociedade. Pois, existe outro princípio que é muito importante ao Ferguson na constituição da sociedade, senão o principal, o princípio de guerra ou animosidade, não citado acima diretamente pelo Smith, mas implicitamente mediante o

caráter de oposição¹⁷. A partir do que foi dito, descobrimos a lei moral, o *amor à humanidade*, e que ela está coligada com as outras três qualidades boas da natureza humana, a *virtude*.

O HOMEM VIRTUOSO

Para descobrirmos como o homem torna-se virtuoso, devemos ir passo a passo até essa constituição da virtuosidade de um homem, pois, embora a lei de moralidade guie os homens, ela é somente um meio, não o fim último ou a finalidade do homem, já que este está na lei da apreciação. Contudo, vejamos o que é bem ou o mal: “implica contentamento e sofrimento [...], assim] dizem respeito a seres sensíveis e inteligentes” (Ferguson, 2019, p. 454).

Assim, pelas leis físicas (da sociedade, de autopreservação e de apreciação) serão deduzidos os seguintes títulos: vida e morte, prazer e dor, excelência e defeito, felicidade e miséria. Em vista do nosso objetivo, falaremos das duas últimas, pois, a partir delas, Ferguson ligará à virtude e à felicidade, assim criando o caminho do nosso homem virtuoso ao seu fim.

O filósofo escocês informa-nos que “a excelência de um homem é a probidade, apoiada por sabedoria, temperança e fortaleza” (Ferguson, 2019, p. 465). Essas qualidades pessoais, presentes em cada homem, em certas medidas, “constituem a virtude, ou a excelência de um homem” (p. 466), assim, encontramos o primeiro passo do homem virtuoso: o desenvolvimento dessas quatro virtudes/qualidades. Para isso, cada qual deve ser posta em movimento mediante o exercício, pois, “o prazer dos exercícios surgem da ocupação da mente ou do corpo” (p. 463).

Esse passo relaciona-se com o fundamento da moralidade na mente. Ao atrelar a moralidade à mente, o filósofo visa o aspecto “racional” da escolha, deixando de lado a consideração do “senso vulgar” acerca da felicidade em ter “seus desejos satisfeitos ou desapontados” (Ferguson, 2019, p. 466) mediante suas escolhas. Assim, a questão da felicidade não está relacionada a afetação pelas coisas externa, indo contra ao que o epicurismo idealiza sobre o efeito das coisas externas em nós; mas dedicando-se a fazer aquilo o correto para uma mente feliz:

Apenas a mente benevolente, sábia e corajosa, que tem os contentamentos mais elevados e menos sofridos, pode ser considerada feliz. Essas qualidades contêm em si

¹⁷ Compreendemos que não esteja explícito por duas razões: i) ele tratará sobre a guerra de maneira mais detalhada no capítulo 6 da obra, *Adam Ferguson and the Idea of Civil Society*; e, ii) existe uma tentativa, dos comentadores, em geral, de atrelar esse caráter de oposição à constituição da sociabilidade em si, o que não concordamos, identificamos que ao reunir-se (sociabilizar), entra-se em jogo o princípio da guerra formando esse caráter opositor, assim, dando um objeto a esse social. Contudo, acerca disso, trabalharemos em outro lugar.

mesmas o uso e valor pelos quais elas são desejáveis. Os homens que não as têm podem nutrir opiniões diferentes a respeito delas; mas aqueles que as têm devem saber que são felizes. Elas devem ser escolhidas a despeito de qualquer tipo de prazer e sob o risco de qualquer sofrimento do qual elas não estão isentos. Isto é o que Epicteto e Aurélio quiseram dizer por: “Que a virtude é único bem” (Ferguson, 2019, p. 466-467).

A questão não diz respeito ao prazer retirado das nossas ações ou à utilidade para o bem público que as nossas ações morais vão produzir, mas fazer sem esperar isso, a escolha de uma ação benevolente deve ser, em si, a que poderá levar à virtude ou à excelência. Seremos felizes quando possuímos uma mente benevolente (que olha o bem da humanidade), sábia (que conhece e escolhe o bem) e corajosa (por abster-se dos prazeres desprezíveis e superar as dificuldades), e assim, poderemos chegar à excelência ou à virtude.

Assim, podemos dizer que chegamos ao segundo passo da filosofia moral, pois, ao fazer coincidirem felicidade e virtude, devemos voltar-nos à aplicação da lei moral. E assim, poderemos derivar as condutas que tornaram a vida feliz, ou seja, farão os homens indivíduos virtuosos. Hauck (2022, p. 45) afirma que a lei moral possui duas aplicações: “à mente e às ações externas”. Acerca da mente, vimos acima, sobre a segunda, a mais difícil de podermos discernir, cito-a:

A passagem para a segunda aplicação da lei de moralidade, às ações externas, não se dá facilmente: é preciso conciliar o fato de que, no limite, a disposição virtuosa é suficiente para nossa aprovação moral, com a possibilidade “de discernimento moral” também de seus efeitos externos, ou seja, com o fato de que as ações que decorrem dessa disposição possam também ser dignas de “elogio ou censura”. [...]. Na verdade, a dificuldade não está na nossa consideração da virtude, no seu valor enquanto afecção da mente, pois, segundo Ferguson, “até para aqueles que estão longe de considerá-la como felicidade, é ainda uma questão de apreço e respeito”, mas sim na diversidade de opiniões que envolvem as ações humanas; por exemplo, “o que é considerado inocente e digno de elogio em um país, é considerado uma ofensa abominável em outro. As definições de roubo, assassinato ou traição são diferentes nas leis de diferentes países” (Hauck, 2022, p. 46).

É, para a ciência moral, a aplicação da lei moral (universal) em cada país por conta dos costumes e maneiras que cada nação segue. Essa dificuldade é colocada de maneira interessante na filosofia do escocês. Mesmo existindo uma teologia natural atuando nos bastidores da sua filosofia, a investigação da natureza humana pressupõe de imediato superar a diversidade. Nessa multiplicidade de diferentes povos ou nações devemos encontrar o princípio universal da

natureza humana, porém, isso não é uma tarefa fácil, pois, a variedade de costumes é uma característica possibilitada por esses princípios da natureza humana¹⁸:

Para Ferguson, uma das mais significantes universalidades subjacentes é sua crença de que toda mente humana opera da mesma maneira. As mentes humanas são sistemas de generalizações a partir da experiência. As diferenças entre indivíduos e culturas não são resultados de um tipo, mas sim, o resultado de diferentes experiências de socialização. Aquelas operam da mesma forma: é o conteúdo dos sistemas de classificação que os levam à diversidade (Smith, 2019, p. 56, tradução nossa).

Conforme diz Ferguson (1975b, p. 150, tradução nossa),

Apesar da diversidade de opiniões, as quais os homens podem ter em relação à moralidade das ações particulares. Todavia, em cada época e nação, em cada classe ou condição dos homens, existe uma regra de adequação que, embora possa ser diferente em diferentes circunstâncias, é para cada um o cânone de estima e o princípio pelos qual eles devem julgar.

Falar que a mente humana é a mesma (ato de julgar) é dizer que todos os homens julgam a partir da ideia de apreciação existente na natureza humana, porém, o conteúdo dessa ideia de apreciação é preenchido pelas condições de cada homem em uma determinada época e em uma determinada sociedade. Dessa maneira, os homens sempre seguem padrões de mérito e demérito estabelecidos pela sua sociedade. Contudo, Ferguson (1975b, p. 150, tradução nossa) informa:

Que, ao julgar os comportamentos de outros países, ou em outras situações, não devemos estimar as propriedades de conduta pelos nossos padrões de maneiras e costumes, mas permitir que cada nação tenha o uso livre e distintivo das suas próprias práticas.

Podemos retirar dessas citações duas considerações, em vista do nosso propósito: i) devemos conhecer a regra de adequação da nossa sociedade, pois, ela auxilia no bem da

¹⁸ Concordamos com Smith que embora exista uma diversidade na natureza, ela é fruto dos princípios da natureza humana em confluência das diversas circunstâncias em que cada nação enfrenta, assim, produzindo costumes distintos: “a interação dos modos universais de comportamento humano com as circunstâncias particulares de cada nação explica a diversidade e ainda fornece mais material histórico para comparações, mediante as quais se podem refinar os princípios da natureza humana. [...] Para Ferguson, uma das mais significantes universalidades subjacentes é a sua crença de que a mente humana opera semelhantemente. As mentes humanas são sistemas de generalizações da experiência. Diferenças entre indivíduos e cultura não são produtos de uma natureza diferente, mas são, ao contrário, resultados de diferentes experiências sociais. As mentes humanas operam da mesma maneira: é o conteúdo dos sistemas de classificação adquiridos que leva à diversidade” (SMITH, 2019, p. 56).

comunidade; ii) nossos padrões de julgamento dizem respeito a nossa sociedade e a nós, não aos outros, informa-nos Hauck (2019, p. 49):

É nesse sentido que Ferguson pensará a lei de moralidade aplicada às ações externas dos homens: o critério de conduta é sempre o bem da humanidade; no que diz respeito aos assuntos importantes, ele deve orientar nossas ações, porém, nos indiferentes, cabe seguir o que é preferível, ou seja, as leis e os costumes de um país [...].

Nota-se aqui o estoicismo no plano de fundo direcionamento a filosofia moral do Ferguson, aqui encontra-se a ideia de seguir o preferível e os deveres da filosofia estoica: o primeiro diz respeito a uma ação cuja realização possui uma justificativa razoável; o segundo a seguir os costumes ou maneiras da sociedade, “quando aquilo que são indiferentes a nós na obtenção do bem supremo, o verdadeiro objeto da provação moral” (Hauck, 2022, p. 47), deve-se escolher aquilo que é preferível, como também, deve seguir os deveres que “são os modelos de comportamento' para orientar essas preferências [...]” (p. 48). Por exemplo, se o preferível é a riqueza ao invés da pobreza, deve-se exercitar-se em vista de obter os meios para alcançar a riqueza, sendo assim um dever.

Por meio dessa consideração, Ferguson seguirá com relação às condutas humanas na sociedade: podemos colocar de outra forma o que está sendo defendido pelo filósofo escocês, aqui: “das coisas existentes, algumas são encargos nossos; outras não. São encargos nossos o juízo, o impulso, o desejo, a repulsa — em suma: tudo quanto seja ação nossa” (Flavio, 2012, p. 15). Existem coisas que nos competem, como escolher entre o certo e errado, algo importante moralmente; mas outras não, por exemplo, se no meu país é preferível tal costume mais do que outro, então, deve-se segui-lo. Assim, quando o que se coloca é indiferente a mim, devo seguir o costume da sua sociedade. Nesse sentido, quando estiver em suas mão, usará a lei moral como norma, quando não te compete, seguirá os costumes e maneiras, mesmo que acredite possuir uma escolha melhor,

Mesmo em questões que não são totalmente fisicamente indiferentes e em relação às quais graus desiguais de conveniência ou inconveniência podem ser percebidos na prática de diferentes nações; seria um erro em termos de propriedade se alguém se desviasse dos costumes de seu próprio país, sob o pretexto de que pretendia substituir o que considerava uma melhoria. Ele poderia, da mesma forma, imaginar que a língua de seu próprio país fosse inferior à de um vizinho, ou que a moda de sua vestimenta fosse menos conveniente; mas qualquer extremo ou afetação singular de assim se desviar do que é comum em tais questões, sob a noção de exibir algo superior, é sempre estigmatizado ou considerado o sinal de um tolo ou vaidoso (Ferguson, 1975b, p. 151, tradução nossa).

Para Ferguson, a convenção tem um peso importante. Se existe uma ordem estabelecida em determinadas sociedades, que funcionam, não necessitam ser não seguidas, quando são assuntos fora do meu poder. Nesse sentido, os costumes e as maneiras de uma sociedade auxiliam no agir. Aqui é uma crença na experiência em reproduzir os mesmos efeitos. Agora, podemos responder adequadamente, embora as pistas já tenham sido ditas, como um homem tornar-se virtuoso: mediante o engajamento político e nacional em sua sociedade. Como vimos, a virtude se encerra na lei moral, o *amor à humanidade*, dessa maneira, o filósofo escocês aproxima o bem da sociedade e o bem do indivíduo, em outras palavras, “entre o particular e o universal” (Hauck, 2022, p. 49). Portanto, a lei moral engaja os homens numa sociedade a visar o bem-estar do seu habitat natural: a sociedade¹⁹.

CONCLUSÃO

A explanação da filosofia fergusoniana acerca da concepção do homem virtuoso está inteiramente ligada à sua concepção de natureza humana, como ser ativo, que age e necessita se exercitar. Esse princípio da natureza se liga a outros princípios: da sociedade, da autopreservação e da apreciação. Esses princípios são retirados das investigações da ciência natural ou história natural fergusoniana. Eles, conjuntamente com uma capacidade da inteligência, a saber, a aprovação moral, levarão os homens a estabelecerem distinções sobre as coisas, o que na compreensão de Ferguson é uma capacidade natural de todos os homens. O julgamento é tanto uma forma de preservação como também uma forma de melhoramento da condição humana.

Nesse sentido, o filósofo escocês retira do princípio de apreciação a melhor forma de construir sua ciência moral e, conseqüentemente, sua filosofia moral. Aquela destina-se a descobrir o princípio de ação do homem, a saber: a expressão do que é bom. Na empreitada de descobrir o que é esse bom, o filósofo escocês chega à conclusão que é a probidade a lei moral, a qual é o *amor à humanidade*. Contudo, essa humanidade não é universal, mas circunstancial ao território e a sociedade que cada homem vive. Assim, o homem deve-se colocar-se em situações que a sua ação destina-se a representar o bem da humanidade. E sempre refletir se suas ações estão direcionadas ao fim da sua ação, o bem da sociedade.

¹⁹ Pode-se perguntar: qual o bem da humanidade/sociedade? Esse é um problema interessante na filosofia fergusoniana acerca do *telos* ou finalidade da natureza/sociedade. Porém, não trataremos disso nesse trabalho, mas em próximos.

Portanto, o homem torna-se virtuoso enquanto se mantém ativo e em exercício na aplicação das suas faculdades a fim de melhorar a sua sociedade e em atingir o bem da mesma. O homem somente é virtuoso se sua sociedade também for. Por isso, a necessidade dos homens manter-se ativos e sempre atentos a superar os diversos inconvenientes que a natureza coloca em sua frente. Agir, em última instância, é uma necessidade da natureza humana e, para isso, a escolha do melhor é o preferível.

REFERÊNCIAS

FERGUSON, Adam. **Ensaio sobre a história da sociedade civil**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. Seguido de *Instituições de Filosofia Moral*, tradução de Eveline Campos Hauck. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

FERGUSON, Adam. **Principles of Moral and Political Science**. In two volumes. Hildesheim [Ger.]. New York: G. Olms, 1975. (Volume I: 1975a; volume II: 1975b).

FLAVIO, Arriano. **O Encheirídion de Epicteto**. Tradução de Aldo Dinucci. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012.

HAUCK, Eveline Campos. **Introdução à Filosofia Política de Adam Ferguson**: progresso e declínio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

JANIAK, Andrew. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**: Newton's Philosophy. Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab Philosophy Department Stanford University, 2021.

SMITH, Craig. **Adam Ferguson and the Idea of Civil Society**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.